



## Relatório Simplificado

Brasília-DF, 2013-2015

## Sumário

Apresentação.....	3
A Comissão dos bancários de Brasília .....	4
Atividades da Comissão.....	6
Conclusão.....	12
Declaração.....	13
Anexo 1 .....	14
Cronograma de atividades.....	14
Anexo 2.....	16
FÓRUM PELA DEMOCRACIA – Manifesto - 50 ANOS DE RESISTÊNCIA: 1964 – 2014.....	16
Anexo 3.....	17
Recomendações da Comissão Nacional da Verdade .....	17
Anexo 4.....	21
Membros da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília .....	21

## Apresentação

*“Aqueles que não conseguem lembrar o passado estão condenados a repeti-lo”.*

*George Santayna*

A história de um povo deve ser divulgada até as últimas consequências. Os brasileiros merecem conhecer a sua história e saber o que aconteceu no período sombrio e antidemocrático iniciado com o Golpe Militar de 1964. Cidadãos desapareceram e famílias foram dilaceradas. Brasília tinha acabado de nascer quando a ditadura foi imposta e muitos companheiros bancários da então nova capital sofreram repressões de toda ordem. Apresentamos este relatório, com algumas das diversas histórias dos nossos companheiros bancários, para que não adormeçam e nem caiam no esquecimento fatos que destruíram a vida de muitos candangos.

A ditadura militar, iniciada 1º de abril de 1964 com o afastamento do presidente da República João Goulart e a entrada do Marechal Castelo Branco, durou até 1985. Foi um período político marcado pelas práticas de violação aos direitos humanos, por meio da censura, da perseguição política, da supressão de direitos constitucionais e da repressão àqueles que eram contrários ao regime.

No início dos anos 1960, os rumores do golpe corriam o país, por isso grandes assembleias e comícios do movimento sindical foram realizados para tentar conter o golpe. Em relato sobre o golpe, **Adelino Cassis**, ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, afirmou:

*“... eu não acreditava que era de direita, eu não acreditava, tinha a ilusão de que aquilo não ia durar nem dois, três dias. Bom, então liguei pra casa, liguei pra minha mulher, pra lhe dizer, e ela falou: 'Não vem aqui não, que já vieram aqui para te prender, não vem aqui, fica aí mesmo, entendeu?' Então, diante disso eu fiquei... fiquei 3 meses no Rio de Janeiro. Em outubro me apresentei no banco, fiquei detido 2 meses e fui demitido.”*

## A Comissão dos bancários de Brasília

*“Nós não podemos falar das lutas atuais e das lutas passadas sem homenagear esses trabalhadores que deram a sua vida, a sua luta, em prol da classe trabalhadora, em prol da categoria dos bancários e em prol do Brasil para que fosse justo e democrático”*

*Gilney Amorim Viana*

Durante a ditadura, mais de 300 trabalhadores bancários de todo o país tiveram seus direitos violados, sobretudo os participantes do movimento sindical. Eles sofreram forte repressão por defenderem os direitos dos trabalhadores. Demitidos, presos, torturados, “desaparecidos” e/ou mortos, como por exemplo o caso de Aluísio Palhano, que teve, em 1991, uma ficha encontrada no arquivo do DOPS/PR, numa gaveta, com a identificação "falecidos", mas seu corpo nunca foi encontrado.



Instalada em 4 de dezembro de 2013, a Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários de Brasília tem como objetivos investigar e registrar a memória da luta dos bancários de Brasília que tanto contribuíram para as lutas da classe trabalhadora em um dos períodos mais difíceis da história brasileira. Em outras palavras, é trazer a história das lutas da categoria a público e tornar vivo o legado desses companheiros para as futuras gerações.

Em síntese, a criação da Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários de Brasília foi aprovada no sentido de:

- Ocupar a lacuna de não terem sido processados os dados e a história de companheiros bancários que sofreram a perseguição executada pelo regime militar;
- Ter-se um produto documental que oriente e seja contador para o futuro dessa saga. E que esse acúmulo seja preservado, bem como os seus personagens e suas histórias de luta;
- Lembrar os companheiros e companheiras bancárias que lutaram para afirmar gestos democráticos para a vida social, política e econômica do povo do Brasil;
- Expressar a gratidão da atual diretoria de expor à geração atual e futura essa história, as opiniões e os sacrifícios desses valorosos personagens;

Entretanto, por mais que a Comissão da Verdade tenha pretensões de discorrer sobre todos os companheiros que sofreram com a ditadura, é um trabalho quase impossível, tendo em vista que não há informações sobre todos, pois muitos deles faleceram, e, sobretudo, documentos foram perdidos ou extraviados.

A Comissão conseguiu tratar informações de alguns dos dirigentes, militantes sindicais e seus familiares que vivenciaram o período e puderam contribuir, passando documentos e informações ou por meio de entrevistas pessoais.

Por fim, este relatório busca relatar os procedimentos orientados pela Comissão Verdade do Sindicato dos Bancários para contar e despertar a memória, a lembrança, a saudade, a nossa eterna gratidão com todos os bancários participantes dessa história.

O trabalho da Comissão partiu de dados existentes e acumulados em histórias "contadas" e escritas no material gráfico como notas, matérias jornalísticas da imprensa bancária, atas, informativos bancários, documentação histórica e acervos particulares. Também foram realizadas diversas reuniões para planejamento, organização e preparação de atividades. Nesses encontros também foram tiradas orientações e recomendações para a realização do trabalho.

## Atividades da Comissão

Foi o CEDOC - Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de Brasília que cumpriu a tarefa de encaminhar todas as demandas da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília. E, de forma concreta, teve um olhar especial para a construção efetiva do Patrimônio Histórico do Sindicato como um todo.

O CEDOC tem a missão de tornar-se um espaço vivo da história dos bancários, com um olhar dinâmico do tempo (passado, presente e futuro), da luta por liberdades para todos, por cidadania, por melhores condições de vida e de trabalho, além da ampliação de direitos.

O processo de apropriação documental pelo CEDOC constitui-se também em um aperfeiçoamento e aprendizado para organizar o material já existente e facilitar exercícios de pesquisas.

Foram recepcionados 22 títulos de filmes documentários que contemplam o tema Ditadura Nunca Mais, financiados e produzidos pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, entre outros documentos, imagens, vídeo-entrevistas, fotografias que vieram a enriquecer o patrimônio histórico dos bancários.

### Entrevistas:

- Antunes de Queiroz Chaves;
- Adelino Cassis;
- Maria do Carmo de Souza Fonseca;
- Rodrigo de Souza Fonseca;
- José Vieira Fiuza;
- Leonardo de Souza Fonseca;
- José Francisco Barbosa Oliveira;
- Fernando Arthur Tollendal Pacheco;
- Arildo Salles Dória;
- Gilney Amorim Viana;
- Maurício Gomes Pinheiro.



## Eventos:

- Entrevista com Gilney Viana no programa TV Bancários, exibida ao vivo pela Internet
- Entrevista com Hamilton Pereira (Pedro Tierra), para preparação do Sarau Poesias do Cárcere;
- Exibição da Peça Teatral “Tito, é melhor morrer do que perder a vida”;
- Exibição do filme “Damas da Liberdade” e distribuição do filme “Vou Contar para os Meus Filhos” durante o Encontro das Mulheres Bancárias DF - 2015;
- Exibição do filme “Vou Contar para os Meus Filhos” durante o Encontro das Mulheres Bancárias da FETEC-CUT/CN - 2015.
- Participação na Audiência Pública na Câmara Federal sobre o Relatório da CNV;
- Participação na Manifestação contra o Regime Militar em frente ao antigo DOI-CODI RJ;



- Participação no Encontro Nacional das Comissões da Verdade dos sindicatos filiados à CUT Brasil;



- Participação no evento de entrega do Relatório da CNV na OAB Federal;



- Participação no evento de entrega do Relatório da Comissão Anísio Teixeira da Verdade UnB;
- Participação no Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos, na Câmara dos Deputados;



- Participação no lançamento da coletânea de livros – Projeto Marcas da Memória;





- Participação no lançamento do Portal Memórias da Ditadura – Ministério da Educação;
- Produção da Revista Extratos Especial Comissão da Verdade.
- Produção do Documentário “1º de outubro de 1981”;
- Produção do Sarau “Poesias do Cárcere”;

#### Reuniões Organizativas:

- Reunião com Augusto de Carvalho, ex-presidente do Sindicato dos Bancários;
- Reunião do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF;
- Reunião com Iara, Gilney e Bete;
- Reunião com jornalistas para produção do blog Memória Bancária;
- Reunião com Sueli Bellato (Comissão de Anistia do Ministério da Justiça);

#### Exposições:

- “A ditadura militar no Brasil - 1964 a 1985 – A Verdade da Repressão. A Memória da Resistência” – Dezembro de 2014;



- “36 anos de Luta pela Anistia no Brasil: Greve de fome de 1979”- Maio de 2015;



### Visitas e Fontes de Pesquisas:

- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Arquivo Nacional em Brasília;
- Arquivo Público do DF;
- Acervo Histórico do Sindicato dos Bancários;
- Acervo Particular de militantes sindicais (Adelino Cassis, Alvimar Figueira da Fonseca, Fernando Arthur Tolendall, Jacques de Oliveira Pena e José Vieira Fiuza).

### Revista Extratos Especial Comissão da Verdade

A Revista Extratos Especial Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília foi produzida com o objetivo de ilustrar memória em documento mais acessível para qualquer cidadão.

Ela traz um registro das diversas faces da ditadura. Também proporciona a leitura sobre personagens que lutaram pela democracia e sofreram as injustas punições da Ditadura Militar e os acontecimentos do período. Traz, ainda, artigos produzidos por familiares de dirigentes sindicais, entrevistas, estudos, imagens e diversas outras informações.

### Propostas de Continuidade

A Comissão propõe que a diretoria do Sindicato dos Bancários:

- organize a exibição do acervo dos filmes que denunciam a Ditadura Militar, em todas as Cidades Satélites do Distrito Federal, em atividades em conjunto com outros sindicatos e/ou entidades sociais da comunidade;
- mantenha portal/informativo eletrônico para registro de novas pesquisas, entrevistas, textos, imagens relacionadas ao tema;
- continue a pesquisa e analise documentos recebidos do Arquivo Público-DF, do Arquivo Nacional, dos arquivos pessoais doados ao Sindicato e que estão aos cuidados do CEDOC e que já foram digitalizados;

## Conclusão

Ditadura Nunca Mais!

As atividades programadas e executadas pela Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários atingiram até certo ponto um êxito inesperado. Isto poderá ser maior à medida que haja repercussão da sua atividade.

O acúmulo de informações contribui para facilitar a busca por novos dados. Mas ainda há espaço de pesquisa confiável para o crescimento dessa memória acumulada.

Sabe-se que a disposição, o motivo da existência e o espírito da Comissão da Verdade do Sindicato dos Bancários deve continuar e, neste sentido, o CEDOC - Centro de Documentação do Sindicato dos Bancários de Brasília deve ser o instrumento de repercussão dos produtos originados nesta fase.

A Revista Extratos, o blog temático, as entrevistas registradas em vídeo, os documentos em DVD, as pesquisas e os depoimentos dos personagens dessa história constituem um patrimônio histórico de valor incalculável.

A memória verdadeira dos muitos que sofreram embargos deliberados pelo governo opressor e ditador deve ecoar e se tornar um instrumento de luta para manutenção da democracia.

Que todos bradem o coro firme e cheio de fervor humanitário e cidadão:

Ditadura Nunca Mais!

## Declaração

O Relatório da Comissão da Verdade entregue à diretoria do Sindicato busca apresentar algumas iniciativas que têm como pano de fundo resgatar para a nossa história de categoria profissional bancária o tanto que valorosos companheiros contribuíram também para a própria história do Brasil, principalmente nas lutas por democracia e liberdades no período obscuro que foi a Ditadura Militar (1964-1985).

Nisso, a Comissão buscou construir uma pauta de inclusão de toda essa história para que nunca mais a esqueçamos. E assim, pelo seu relato, fazemos isso como reconhecimento que não pode ser diferente perante essa história.

Dessa forma, por tudo relatado e para essa vontade que queremos que seja continuada, fazemos isso agora e publicamente: reconhecendo serem justas todas as homenagens e agradecendo a todos eles. Mas, antes, temos a obrigação política de, nessa extensão histórica, reconhecer e fazer o devido reparo histórico do envolvimento da entidade com os seus associados e com a própria categoria; de ter sido muito pouco o que ela articulou em prol dessa saga.

Assim, quero em meu nome e como presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Brasília e perante a presença de todos, os quais agradeço por terem aceitado o convite para esse evento, apresentar aos homenageados e a todos o meu pedido de perdão.

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Brasília pede perdão a todos e se compromete a estar junto na luta contra o esquecimento e gritar: Ditadura Nunca Mais!



## Anexo 1

### Cronograma de atividades

ANO	MÊS	DATA	ATIVIDADE
2013	dezembro	4	Instalação da Comissão da Verdade
2014	janeiro	7	Decisão de utilização dos seguintes materiais para incorporação do acervo:
			Entrevista com Adelino Cassis – Revista Extratos N°1
			Entrevista com Antunes de Queiroz Chaves;
			Vídeo Documentário “1° de Outubro de 1981”
	fevereiro	3	2ª Reunião da Comissão da Verdade
		16 e 17	Entrevista com a família Alvimar Figueira
		17	Entrevista com José Vieira Fiúza
	março	7	3ª Reunião da Comissão da Verdade
		10	Pesquisa no TEM - Biblioteca nos D.O.U dos anos 60
		20	4ª Reunião da Comissão da Verdade
		21	Reunião com Augusto de Carvalho
		27	1ª Reunião Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF
			Elaboração do Manifesto 50 anos
	abril	9	2ª Reunião Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF
		11	Reunião com Iara, Gilney Viana e Bete, objetivo: organização dos relatórios
		17	5ª Reunião da Comissão da Verdade
		7	Entrevista com José Francisco
		19	Entrevista com Tollendal
		20	Entrevista com Arildo Dória
	julho a dezembro		Pesquisa Arq.Nacional – Arq.Público do DF – Banco do Brasil (BB)
	setembro	2 e 3	Peça: “Tito, é melhor morrer do que perde a vida”
novembro	26	Entrevista com Gilney Viana	
dezembro	2	Reunião Gilney Viana (sarau-exposições fotográficas- revista-cineclube)	
	3	Reunião para orientações para os debates do dia 11 na Câmara Federal–Louraci, Abdan, Pádua, Renato, Vandeir e Josefa	
	5	Lançamento do Portal Memórias da Ditadura MEC	
	8	Entrevista Gilney Viana - TV Bancários	
	10	Entrega do Relatório da CNV à OAB Federal - Dia Internacional dos Direitos Humanos	
	11	Debates do Congresso Nacional sobre o Relatório da CNV	
		Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos-Câmara dos Deputados	
		Audiência Pública / Lançamento de 3 livros /	
08 à 13	Exposição com 22 painéis 50 anos da Ditadura da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República		

<b>ANO</b>	<b>MÊS</b>	<b>DATA</b>	<b>ATIVIDADE</b>
2015	janeiro	29 e 30	Enc. Nac. das CV dos sindicatos filiados a CUT Brasil RJ
		30	Manifestação no antigo DOI-CODI RJ
			Pesquisa Arq. Nacional – Arq. Público do DF – BB
	março	2, ,5 9, 13, 27	Reunião para edição da revista e matérias para o blog
		6	Posse da CNV da Escravidão Negra na OAB Federal
		11	Reunião Silvia – Sarau
			Entrevista com Maurício Gomes Pinheiro
		12	Exibição do filme “Vou Contar Para os Meus Filhos” Enc. das Mulheres Bancárias da Fetec-CN no auditório da CUT DF
		13	Reunião para edição da revista e matérias para o blog
		27	Reunião para edição da revista e matérias para o blog
		31	Buscar fotografias na casa do Gilney Viana
	abril	23	Lançamento da Coletânea de livro - Projeto Marcas da Memória na UnB
		6	Reunião com Eduardo
		6 a 10	Pesquisas por telefone para os Sind.Bancários BH,SP,RJ,PE,CE,RS para Gilney Viana
		11	Conversa com Hamilton (Pedro Tierra) pela manhã com os atores Sarau
		13 e 15	Reunião com a régia vitória – blog e revista
		22	Entrega Relatório Comissão Anísio Teixeira da Verdade UNB
	maio	8	Audiência com Sueli Aparecida Bellato – Comissão da Anistia Min. Da Justiça
		25 a 29	Exposição fotográfica 32 dias de greve de fome
		29	Entrega do Relatório Final - 16h às 18h
			Sarau Poesias do Cárcere – 21h

## Anexo 2

### FÓRUM PELA DEMOCRACIA – Manifesto- 50 ANOS DE RESISTÊNCIA: 1964 – 2014

No cinquentenário do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, organizações da sociedade civil do Distrito Federal se articulam no **Fórum pela Democracia: 50 Anos de Resistência** na defesa da memória dos que lutaram contra a ditadura, pela abertura dos arquivos secretos, o cumprimento da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Caso Araguaia) e a correta interpretação da Lei Anistia pelo STF, para que os autores de crimes de lesa humanidade possam ser responsabilizados em juízo para que toda a verdade apareça.

Durante 21 anos (1964 a 1985), em Brasília, se instalaram pela força das armas e pelo conluio de lideranças civis acordadas do Congresso Nacional, ditadores militares que usurparam o título de Presidentes da República sem o voto popular e a legitimidade constitucional. Forjaram um regime espúrio que cerceou as liberdades democráticas, o livre funcionamento dos partidos políticos, dos sindicatos, das agremiações estudantis, censurou as manifestações culturais, cassou deputados e senadores, perseguiu lideranças sociais e políticas, prendeu, torturou, assassinou e desapareceu com opositores políticos, ao perpetrar violações aos direitos humanos até hoje não apuradas, nem responsabilizados seus autores. Exigimos o direito à verdade histórica!

O povo brasileiro escreveu páginas vibrantes da resistência, tais como a auto demissão dos 223 professores da UnB, em solidariedade aos colegas demitidos e as lutas dos estudantes e professores contra as sucessivas invasões policiais desde 1965 até 1977; no apoio à resistência democrática contra o AI-5, no Congresso Nacional, em 1968, e nas manifestações pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, em 1979. Esta luta política deu origem a lideranças e combatentes da liberdade como Honestino Guimarães (ex-presidente da UNE), Paulo de Tarso Celestino da Silva, Ieda Santos Delgado e Nelson José de Almeida (jovem trabalhador rural), mortos ou desaparecidos em circunstâncias até hoje não esclarecidas. Queremos a memória da resistência!

Este é o sentido histórico que representa o **Fórum pela Democracia: 50 anos de Resistência**, cujo objetivo é agregar e articular as diferentes iniciativas dos mais diversos e amplos setores da sociedade civil, com o objetivo de pensar criticamente as causas e os efeitos do golpe armado de 1964, suas heranças e a continuidade das resistências democráticas. Consideramos fundamental este momento não só pela carga potencial simbólica dos 50 anos, mas, sobretudo, pela urgência da sociedade brasileira de resgatar seus valores históricos, políticos, sociais e econômicos.

A comemoração é por esta luta persistente e contínua de todos e todas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades, estudantes, professores, intelectuais, camponeses e povos indígenas, que hoje lutam no país como sujeitos de direito para se aprofundar a democracia, livrar e remover quaisquer resquícios da tirania e da ditadura, como a militarização da Polícia Militar e a impunidade de ontem e de hoje, em nome da reparação, da verdade, da memória e da justiça.

#### **PARA QUE NÃO SE ESQUEÇA, PARA QUE NUNCA MAIS ACONTEÇA !**

Central Única dos Trabalhadores – CUT-DF

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do DF – CVMJ do DF

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Movimento das Mulheres Camponesas – MMC

Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA

Sindicato dos Bancários de Brasília - DF

Sindicato dos Urbanitários - STIU-DF

Sindicato dos Trabalhadores de Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de

## Anexo 3

### Recomendações da Comissão Nacional da Verdade

No relatório final, apresentado em 10.12.2014 à Presidência da República, a Comissão Nacional fez 29 recomendações às autoridades nacionais, dentre as principais podem-se destacar a desmilitarização das polícias militares estaduais, a exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar Federal, a extinção do auto de resistência; e a dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso.

Segue a lista completa:

1. Reconhecimento de culpa - Segundo a CNV, até agora as Forças Armadas não negaram que ocorreram abusos de direitos humanos cometidos em suas instalações, cometidos por seus militares. Mas isso não seria suficiente. A primeira recomendação do relatório final é que as forças reconheçam sua responsabilidade institucional pelos abusos ocorridos entre a ditadura.
2. Punição de agentes públicos - A CNV entendeu, com base em legislação internacional, que a Lei de Anistia não pode proteger autores de crimes contra a humanidade. Por isso recomenda que os agentes do Estado envolvidos com episódios de tortura, assassinatos e outros abusos sejam investigados, processados e punidos.
3. Acusados de abusos devem custear indenizações de vítimas - O Estado brasileiro já foi condenado a pagar diversas indenizações a vítimas de abusos de forças de segurança durante a ditadura. O documento final da CNV recomenda agora que o Estado tome medidas administrativas para que os agentes públicos cujos atos resultaram nessas condenações sejam obrigados a ressarcir os cofres públicos.
4. Proibição das comemorações do golpe militar de 1964 - A CNV recomenda a proibição de qualquer celebração oficial relacionada ao tema. Associações relacionadas aos militares tradicionalmente comemoram os aniversários da revolução de 1964.
5. Alteração dos concursos públicos para as forças de segurança - O documento recomenda que os processos de recrutamento das Forças Armadas e das polícias levem em conta os conhecimentos dos candidatos sobre preceitos teóricos e práticos relacionados à promoção dos Direitos Humanos.
6. Modificação do currículo das academias militares e policiais - A CNV recomenda alterações no ensino sobre os conceitos de democracia e direitos humanos nas academias militares e de polícia do Brasil. Essas entidades deveriam ainda suprimir qualquer referência à doutrina de segurança nacional.
7. Mudanças nos registros de óbito das vítimas - A alteração de registros de causas de óbitos de vítimas do regime militar é outra das recomendações da comissão. O objetivo é tornar oficial que diversas pessoas morreram em decorrência de violência de agentes do Estado e não por

suicídio.

8. Mudanças no Infoseg - A CNV recomenda que os registros criminais de pessoas que posteriormente foram reconhecidas como vítimas de perseguição política e de condenações na Justiça Militar entre 1946 a 1988 sejam excluídos da rede Infoseg – o banco de dados que tenta integrar as informações de segurança pública dos Estados brasileiros. A Comissão pede ainda a criação de um banco de DNA de pessoas sepultadas sem identificação para facilitar sua posterior identificação.
9. Criação de mecanismos de prevenção e combate à tortura - Segundo o documento, a tortura continuaria a ser praticada em instalações policiais pelo Brasil. Esse entendimento levou a comissão a recomendar a criação de mecanismos e comitês de prevenção e combate à tortura nos Estados e na Federação.
10. Desvinculação dos IMLs das Secretarias de Segurança Pública - A apuração pela CNV de casos de conivência de peritos com crimes de agentes do Estado e a produção de laudos imprecisos durante o regime militar fez a comissão recomendar a desvinculação dos Institutos Médicos Legais das polícias e Secretarias de Segurança Pública. O objetivo seria a melhora na qualidade de produção de provas, especialmente em casos de tortura.
11. Fortalecimento das Defensorias Públicas - Segundo as investigações da CNV, a dificuldade de acesso dos presos à Justiça facilitou a ocorrência de abusos de direitos humanos nas prisões durante o regime. Situação semelhante persistiria no sistema penitenciário atual. Por isso, seria necessário melhorar a atuação dos defensores públicos e aumentar seu contato com os detentos.
12. Dignificação do sistema prisional e do tratamento dado ao preso - O relatório final da CNV faz uma série de críticas às condições do sistema prisional e encomenda ações de combate à superlotação, aos abusos de direitos humanos e às revistas vexatórias. A comissão critica ainda o processo de privatização de presídios que já ocorre em alguns Estados do país.
13. Instituição de ouvidorias do sistema penitenciário - A comissão recomenda a adoção de ouvidorias no sistema penitenciário, na Defensoria Pública e no Ministério Público para aperfeiçoar esses órgãos. Os defensores devem ser membros da sociedade civil.
14. Fortalecimento de Conselhos da Comunidade para fiscalizar o sistema prisional - Os Conselhos da Comunidade já estão previstos em lei e devem ser instalados em comarcas que tenham varas de execução penal. Eles devem acompanhar o que acontece nos estabelecimentos penais.
15. Garantia de atendimento às vítimas de abusos de direitos humanos - De acordo com a CNV, as vítimas de graves violações de direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo – que deve ser garantido pelo Estado.
16. Promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação - Basicamente, os



integrantes da comissão pedem que as escolas ensinem a seus alunos a história recente do país e “incentivem o respeito à democracia, à institucionalidade constitucional, aos direitos humanos e à diversidade cultural”.

17. Criação ou aperfeiçoamento de órgãos de defesa dos direitos humanos - A comissão recomenda a criação e o apoio a secretarias de direitos humanos em todos os Estados e municípios do país. O grupo também pede reformas em órgãos federais já existentes, como o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e a Comissão de Anistia.
18. Revogação da Lei de Segurança Nacional - A CNV quer a revogação da Lei de Segurança Nacional (que define os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social), adotada na época do regime militar e ainda vigente.
19. Mudança das leis para punir crimes contra a humanidade e desaparecimentos forçados - A comissão solicita a incorporação na legislação brasileira do crime de “desaparecimento forçado” – quando uma pessoa é detida secretamente por uma organização do Estado – e dos crimes contra a humanidade. Segundo a CNV esses crimes já estão previstos no Direito Internacional, mas não nas leis brasileiras.
20. Desmilitarização das polícias militares estaduais - Para a CNV, a estrutura militar da Polícia Militar dos Estados e sua subordinação às Forças Armadas é uma herança do regime que não foi alterada com a Constituição de 1988. Segundo a comissão, essa estrutura não é compatível com o Estado Democrático de Direito e impede uma integração completa das forças policiais. O grupo recomenda que a Constituição seja alterada para desmilitarizar as polícias.
21. Extinção da Justiça Militar estadual - Com a desmilitarização das polícias dos Estados, a Justiça Militar estadual deveria ser extinta. Os assuntos relacionados às Forças Armadas seriam tratados pela Justiça Militar Federal.
22. Exclusão de civis da jurisdição da Justiça Militar federal - A comissão recomenda que se acabe com qualquer jurisdição da Justiça Militar sobre civis e que esse ramo do Judiciário tenha atribuições relacionadas apenas aos militares.
23. Supressão, na legislação, de referências discriminatórias da homossexualidade - A CNV recomendou a retirada da legislação de referências supostamente discriminatórias a homossexuais. O grupo cita como exemplo uma lei militar descreve um crime como “praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar”.
24. Extinção do auto de resistência - A comissão recomenda que as polícias não usem mais classificações criminais como “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte”. Geralmente essas tipificações são usadas em casos que suspeitos são feridos ou mortos pela

polícia. A CNV sugere tipificações como “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial”.

25. Introdução da audiência de custódia - A comissão recomenda a introdução no ordenamento jurídico brasileiro da audiência de custódia. Ou seja, todo preso teria que ser apresentado a um juiz até no máximo 24 horas após sua prisão. O objetivo é dificultar a prática de abusos.
26. Manutenção dos trabalhos da CNV - A comissão entendeu que não foi possível esgotar todas as possibilidades de investigação até a sua conclusão. Por isso recomenda que um órgão permanente seja criado para continuar as apurações e verificar a implementação de medidas sugeridas.
27. Manutenção da busca por corpos- O grupo sugeriu ainda que órgãos competentes recebam os recursos necessários para continuar tentando encontrar os corpos de desaparecidos políticos – frente em que a comissão não fez grandes avanços.
28. Preservação da memória - A comissão sugere uma série de ações para preservar a memória dos abusos cometidos durante a época do regime militar. Entre elas estão a criação de um Museu da Memória, em Brasília, e o tombamento de imóveis onde ocorreram abusos. Eles também querem que nomes de acusados de abusos deixem de nomear vias e logradouros públicos.
29. Ampliação da abertura dos arquivos militares - A comissão deseja que os processos de abertura de arquivos militares relacionados ao regime expandam seu processo de abertura. O grupo estimulou ainda a realização de mais pesquisas sobre o período nas universidades.

## Anexo 4

### Membros da Comissão da Verdade dos Bancários de Brasília



***Antônio de Pádua Maia***

Ex-bancário do Banco do Estado do Ceará e ex-diretor do Sindicato(1980/1986 e 1992/1997).



***Dario Azevedo Nogueira***

Advogado, bancário aposentado do Banco do Brasil e diretor em 1986/1992 e 1995/1998.



***Dulcinéia Ramos Cassis***

Psicóloga, ex-bancária e filha de Adelino Cassis, ex-presidente.



***Eduardo Araújo de Souza***

Bancário do Banco do Brasil e Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília.



***Ivan Andrade Coura – in memoriam +05.11.2014.***

Bancário aposentado do Banco do Brasil e ex-diretor do Sindicato (1962 à 1964).



***José Francisco Barbosa Oliveira***

Ex-bancário do Banco do Estado do Goiás, ex-delegado sindical e perseguido pela Ditadura Militar.

### **Josefa Santos Silva**

Coordenadora do Centro de Documentação e Informação.



**Maria Cristina de Sousa Fonseca**

Filha do companheiro Alvimar Figueira da Fonseca.



**Maria do Carmo de Souza Fonseca**

Esposa do companheiro Alvimar Figueira da Fonseca, ex-presidente fundador da Associação dos .



**Nair Heloisa Bicalho de Sousa**

Professora da Universidade de Brasília e pesquisadora da história dos bancários de Brasília.

**Renato da Silva Alves**

Jornalista do Sindicato dos Bancários de Brasília



**Wandeir Souza Severo**

Bancário da Caixa e Diretor do Sindicato dos Bancários de Brasília

### **Coordenação Executiva da Comissão**

**Josefa Santos Silva – Silvânia Machado do Carmo - Antônio de Pádua Maia**

